

Cultura, Cidadania e Políticas Públicas

Alvaro Daniel Costa
(Organizador)



 **Atena**
Editora

Ano 2019

Alvaro Daniel Costa

(Organizador)

Cultura, Cidadania
e Políticas Públicas

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Lorena Prestes

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C968 Cultura, cidadania e políticas públicas [recurso eletrônico] /
Organizador Alvaro Daniel Costa. – Ponta Grossa (PR): Atena
Editora, 2019. – (Cultura, cidadania e políticas públicas – v.1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-077-3

DOI 10.22533/at.ed.773192501

1. Educação – Brasil. 2. Cidadania. 3. Políticas públicas –
Educação. 4. Prática de ensino. 5. Professores – Formação. I. Costa,
Alvaro Daniel.

CDD 323.6

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra *“Cultura , Cidadania e Políticas Públicas”* possui uma série de 84 artigos que abordam os mais variados temas nas áreas relacionadas a área de Ciências Humanas, Sociais Aplicadas e Educação.

O volume I é intitulado “cultura, políticas públicas e sociais” e mostra a diversidade de análises científicas em assuntos que vão desde uma análise sociocultural perpassando pelas questões socioeconômicas da sociedade brasileira e latino-americana.

Já o volume II intitulado *“educação, inclusão e cidadania- práticas pedagógicas na cultura educacional”* é inteiro dedicado a área educacional, com textos de pesquisadores que falam sobre uma educação inclusiva em assuntos como autismo, formação profissional nas mais diversas áreas dentro do espectro educativo, além de uma análise sobre os impactos da reforma do ensino médio e sobre lo direito fundamental à educação.

No terceiro volume o assunto é no que tange as *“práticas educacionais, mídia e relação com as políticas públicas e cidadania”* sendo esse volume uma continuidade dos artigos da parte II com artigos que falam sobre práticas pedagógicas, além de textos que trazem sobre assuntos da área comunicacional.

A quarta e última parte é intitulada *“cultura, literatura, educação e políticas públicas- questões multidisciplinares”* e possui uma versatilidade temática que vai da área literária e novamente sobre algumas práticas pedagógicas.

A grande diversidade de artigos deste livro demonstra a importância da análise de temas que dialogam com as práticas de políticas públicas, sejam através da área educacional, comunicação ou aquelas que analisam a sociedade a partir de um viés histórico, cultural ou até mesmo econômico.

Boa leitura!

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
CULTURA E COMPLEXIDADE NOS PROJETOS E NAS POLÍTICAS PÚBLICAS CONTEMPORÂNEAS	
Maria Beatriz Afflalo Brandão	
DOI 10.22533/at.ed.7731925011	
CAPÍTULO 2	16
ACERVO MATERIAL E DOCUMENTAL: A MEMÓRIA HISTÓRICA COMO POLÍTICA CULTURAL	
Sílvia Rachi	
DOI 10.22533/at.ed.7731925012	
CAPÍTULO 3	28
AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO EM RIO VERDE - GO	
Ana Paula Felix Arantes	
DOI 10.22533/at.ed.7731925013	
CAPÍTULO 4	36
CULTURA E DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES: POLÍTICA CULTURAL PARA QUEM?	
Carla Cristina Rosa de Almeida	
João Policarpo Rodrigues Lima	
Maria Fernanda Gatto	
DOI 10.22533/at.ed.7731925014	
CAPÍTULO 5	52
PATRIMÔNIO CULTURAL EM PERIGO – A ARTE FUNERÁRIA E O DESCASO COM SUA PROTEÇÃO EM JUIZ DE FORA/MG	
Leandro Gracioso de Almeida e Silva	
Marlise Buchweitz	
DOI 10.22533/at.ed.7731925015	
CAPÍTULO 6	63
POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS E CONDIÇÕES ESTRATÉGICAS DE FOMENTO À ECONOMIA CRIATIVA: O CASO BRASILEIRO DA PERSPECTIVA DO PLANO DA SECRETARIA DE ECONOMIA CRIATIVA (2011-2014)	
Jessica Rani Ferreira de Sousa	
Henrique César Muzzio	
Jackeline Amantino de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.7731925016	
CAPÍTULO 7	76
POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITO DA PESSOA IDOSA: ANÁLISE DAS PERCEPÇÕES DE IDOSOS/ AS USUÁRIOS/AS DO CENTRO DE REFERÊNCIA DO IDOSO - CRI DO MUNICÍPIO DE SERRA TALHADA-PE	
Flávia Pereira de Sá	
Elizangela Maria Vieira Dantas	
Josenildo André Barboza	
Maria do Socorro Souza Lima	
Mariana dos Santos Silva	
Fábia Maria de Santana	
DOI 10.22533/at.ed.7731925017	

CAPÍTULO 8	87
CULTURA DIGITAL E FACEBOOK: ALIENAÇÃO TÉCNICA E A PROMOÇÃO DE POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL	
Thiago Oliveira da Silva Novaes	
DOI 10.22533/at.ed.7731925018	
CAPÍTULO 9	100
O FLUXO MIGRATÓRIO COMO ÚNICA OPÇÃO PARA MELHORIA NA QUALIDADE DE VIDA	
Cristiane Feldmann Dutra	
Roberta Gabriela Sucolotti de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.7731925019	
CAPÍTULO 10	116
EDUCAÇÃO DO CAMPO E POLÍTICAS PÚBLICAS: O PROJovem CAMPO – SABERES DA TERRA	
Cristina Xavier	
Gabriela dos Santos Silva	
Ramofly Bicalho dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.77319250110	
CAPÍTULO 11	128
RELATO DE EXPERIÊNCIA: TRILANDO OS CAMINHOS DO ENVELHECIMENTO ATIVO NO MUNICÍPIO DE SERRA TALHADA-PE	
Flávia Pereira de Sá	
Elizangela Maria Vieira Dantas	
Josenildo André Barboza	
Maria do Socorro Souza Lima	
Mariana dos Santos Silva	
Fábia Maria de Santana	
DOI 10.22533/at.ed.77319250111	
CAPÍTULO 12	134
A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO NO SETOR PÚBLICO	
Jefferson Davi Ferreira dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.77319250112	
CAPÍTULO 13	143
OS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DA PRÁTICA DO CONTRABANDO PARA A ECONOMIA BRASILEIRA	
Michele Lins Aracaty e Silva	
Marcela Fróes da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.77319250113	
CAPÍTULO 14	161
EMPRESAS SUSTENTÁVEIS NO BRASIL: SUAS AÇÕES NA ÁREA CULTURAL E AS LEIS DE INCENTIVO FISCAL	
Mariana de Barros Souza	
Adriana Cristina Ferreira Caldana	
Lara Bartocci Liboni	
DOI 10.22533/at.ed.77319250114	
CAPÍTULO 15	180
OS CONCEITOS ORIENTADORES PARA A ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS CULTURAIS EM	

ESTADOS PARTES DO MERCOSUL

Renner Coelho Messias Alves

Janaina Machado Simões

DOI 10.22533/at.ed.77319250115

CAPÍTULO 16 194

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA DO AMAZONAS

Michele Lins Aracaty e Silva

Lorena Ravielly Carlos Almeida

DOI 10.22533/at.ed.77319250116

CAPÍTULO 17 214

PESQUISA (AUTO)BIOGRÁFICA COM MULHERES CAMPONESAS

Márcia Alves da Silva

Carla Negretto

DOI 10.22533/at.ed.77319250117

CAPÍTULO 18 226

ARRASTÕES DE SÃO JOÃO: A TRANSFORMAÇÃO DO COSTUME EM PRODUTO E O CONSUMO CULTURAL NO RECÔNCAVO BAIANO

Everton Conceição Santos

DOI 10.22533/at.ed.77319250118

CAPÍTULO 19 232

A FESTA DO CAMINHONEIRO: TURISMO RELIGIOSO E CULTURAL NA CIDADE DE ITABAIANA/SE

Leylane Meneses Martins

DOI 10.22533/at.ed.77319250119

CAPÍTULO 20 246

ALMA E RESSONÂNCIA DOS ESPAÇOS CEMITERIAS: EM FOCO, OS *BRITISHES CEMETERIES* NO NORDESTE

Davi Kiermes Tavares

José Paulo Siefert Brahm

Diego Lemos Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.77319250120

CAPÍTULO 21 259

ANÁLISIS FESTIVAL ESTÉREO PICNIC: CRECIMIENTO DE LOS FESTIVALES Y LA OFERTA MUSICAL EN COLOMBIA (2010-2015)

Daniela Herrera Dimaté

DOI 10.22533/at.ed.77319250121

CAPÍTULO 22 272

EXTRATIVISTAS BRASILEIROS DESLOCADOS DA AMAZÔNIA BOLIVIANA: MUDANÇAS NOS MODOS DE VIDA

Emilson Ferreira de Souza

DOI 10.22533/at.ed.77319250122

SOBRE O ORGANIZADOR..... 287

CULTURA DIGITAL E FACEBOOK: ALIENAÇÃO TÉCNICA E A PROMOÇÃO DE POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL

Thiago Oliveira da Silva Novaes

Fundação CAPES, Ministério da Educação do
Brasil
Brasília - DF

RESUMO: O presente artigo intenta resgatar alguns princípios que orientaram a criação da chamada Cultura Digital no Ministério da Cultura, destacando sua importância para a elaboração e execução de políticas públicas no país, com ênfase na promoção do protagonismo, da autonomia e do empoderamento social utilizando ferramentas tecnológicas em software livre. Assume como tarefa a análise do uso da rede social proprietária Facebook para comunicação e divulgação de políticas culturais, e contrasta seus termos de adesão à remoção de fotos de nudez de publicações no site, abrindo espaço para a discussão sobre a noção de alienação técnica, tal como proposta por Gilbert Simondon. Por fim, sugerem-se outras ferramentas digitais de comunicação, como rádio e televisão públicos, enquanto meios a serem explorados por políticas culturais visando alcançar toda a população de um território continental, sem intermediários ou mediação de serviços privados.

PALAVRAS-CHAVE: cultura digital, facebook, alienação técnica, televisão e rádio e digital, políticas culturais.

ABSTRACT: This article intends to recover some principles that guided the creation of the so-called Digital Culture in the Ministry of Culture, highlighting its importance for the elaboration and execution of public policies in the country, with emphasis on promoting protagonism, autonomy and social empowerment using technological tools in free software. It assumes the task of analyzing the use of Facebook's social network for communication and dissemination of cultural policies, and contrasts its terms of adherence to the removal of nude photos from publications on the site, opening space for discussion on the notion of technical alienation, such as proposed by Gilbert Simondon. Finally, other digital communication tools, such as public radio and television, are suggested as means to be exploited by cultural policies aimed at reaching the entire population of a continental territory, without intermediaries or mediation of private services.

KEYWORDS: digital culture, facebook, technical alienation, digital television and digital radio, cultural policies.

1 | INTRODUÇÃO

“Pode dizer-se contemporâneo apenas quem não se deixa cegar pelas luzes do século e consegue

Em um filme inglês de 2015 intitulado *Kingsman*, um jovem espião é recrutado para conter uma conspiração internacional que visa à extinção de grande parte da humanidade para permitir o desfrute do planeta por uma elite. O meio para atingir a esse objetivo é a distribuição gratuita de celulares para a população falar à vontade, a qualquer hora, em qualquer lugar. Sem saberem, as pessoas passavam a carregar um aparelho em cujo interior se instalara um chip maligno, capaz de emitir uma onda que, uma vez recebida pelo cérebro de seu proprietário, incitava-o à matança, a liquidar todos os seres humanos ao seu redor. Recheado de humor e sarcasmo à excessiva violência nos filmes, *Kingsman* nos brinda com um roteiro de ação inteligente e nos sugere, com um exemplo hiperbólico, o tipo de alienação sobre o qual nos debruçaremos. Por que alguém desconfiaria de um aparelho de celular que todos querem e podem usufruir porque compartilham da ideia de que se trata de uma ferramenta tecnológica muito útil, a qual se poderia ter acesso de graça?

A análise que propomos sobre o conceito de alienação pretende contrapor uma visão já bastante consolidada do conceito, sobretudo entre pesquisas de orientação marxista, à noção de alienação técnica desenvolvida pelo filósofo da técnica Gilbert Simondon. Se para a primeira interpretação do conceito a ênfase da relação alienada é marcadamente delimitada entre quem detém a propriedade e a possibilidade de exploração do uso dos meios de produção, aproximando o trabalho dos humanos ao realizado pelas máquinas, a alienação a que nos referimos parece estar presente em uma camada mais profunda desta relação, onde a escravidão da máquina se verifica a partir das premissas de busca de eficiência e produtivismo, que atravessam tanto as ideologias liberais capitalistas quanto as praticadas pelo “socialismo real” e o nazismo (BONTEMPS 2015, p. 201).

Interessados em refletir sobre este fundo teórico, traremos alguns artigos produzidos mais recentemente sobre a plataforma de comunicação Facebook, uma rede social de acesso gratuito e presente na vida de bilhões de pessoas ao redor do planeta, buscando descrever os principais temas sobre os quais a literatura crítica das redes sociais já se debruçou. Com o intuito de afirmar uma continuidade a esses estudos, não nos voltaremos para a discussão sobre os aspectos psicológicos envolvidos na adesão ou na maneira de interagir dentro do Facebook, tal como já realizados amplamente (CAERS et al. 2013). Antes, o propósito é apresentar a importância que a rede adquiriu nos últimos anos, especialmente como mediadora de tomadas de decisão política (HOLMES e SILISTYANTO 2016), sugerindo a emergência de um fenômeno de monopolização da comunicação global impulsionado por uma perversa forma de universalidade e gratuidade que fazem com que essa rede proprietária seja mesmo confundida com um serviço de utilidade pública. Mais do que buscar entender o “como” as pessoas o utilizam, interessa-nos tentar apontar

o “por quê” de se confundir um serviço privado que pressupõe uma adesão por meio de termos de uso bastante específicos, e a falsa ideia de que o Facebook possa ser uma ferramenta global submetida aos critérios de respeito cultural e moralidade previstos por leis nacionais. Para abordar a controversa questão, trabalharemos com eventos específicos ocorridos em dois países, e traçaremos uma comparação entre o procedimento de remoção de fotos de mães amamentando seus filhos na Inglaterra e a retirada da foto dos índios Botocudos da página do Facebook publicada pelo Ministério da Cultura do Brasil, ambas sob a alegação de descumprimento dos termos de serviço da rede social Facebook.

Se nosso interesse teórico já pode ser considerado minimamente apresentado, resta-nos explicitar o caráter político, de interesse das políticas culturais, e enfatizarmos um processo que caracterizaremos como de descontinuidade da aplicação de ideias centrais trazidas com a Ação Cultura Digital, notando que o conceito antes praticado pelo mesmo ministério, que se tornou referência mundial na promoção de políticas públicas com ferramentas livres, baseadas em software livre, subitamente se tornou refém de termos de serviço de uma plataforma proprietária de comunicação como o Facebook. Como entender e descrever esse fenômeno?

Assim disposto, o caminho a percorrer neste artigo destaca as mudanças institucionais e modelos de agenciamento das políticas culturais contemporâneas, os quais o pesquisador Rodrigo Silva ressaltava como decorrentes dos novos rumos que a gestão de Gilberto Gil à frente do Ministério da Cultura trouxe para o país, com “a reinserção da cultura na pauta política da nação, a interiorização destas iniciativas e a pluralização identitária” (SILVA 2014, p. 199). Essa avaliação, longe de uma opinião isolada, é praticamente unânime na literatura sobre políticas culturais no Brasil (BARBALHO 2007, pp. 54-55; CALABRE 2007, pp. 98-99; BOTELHO 2007, pp. 128-131), todos concordando que a principal mudança ocorrida durante os primeiros anos do governo de Luís Inácio Lula da Silva no campo da cultura veio por meio do Programa Cultura Viva.

A secretaria do MinC responsável pelo Cultura Viva dividia sua política em diferentes ações, estando a Ação Cultura Digital associada à ideia de mudança de comportamento, ou seja, desvinculada dos modismos e seduções típicos das artimanhas promovidas para vender serviços e produtos de interesses do mercado. No site do Ministério da Cultura, não é demais lembrar, assim discursava o então ministro Gil sobre o conceito de Cultura Digital:

Cultura digital é um conceito novo. Parte da ideia de que a revolução das tecnologias digitais é, em essência, cultural. O que está implicado aqui é que o uso de tecnologia digital muda os comportamentos. O uso pleno da Internet e do software livre cria fantásticas possibilidades de democratizar os acessos à informação e ao conhecimento, maximizar os potenciais dos bens e serviços culturais, amplificar os valores que formam o nosso repertório comum e, portanto, a nossa cultura, e potencializar também a produção cultural, criando inclusive novas formas de arte.

Ora, se chamava a atenção o uso pleno da Internet - e não como propõe o

Facebook com sua proposta de zero-rating, conforme veremos adiante -, resta-nos destacar a importância do software livre, que além de permitir o funcionamento de redes livres alternativas ao Facebook, está presente no desenvolvimento da televisão digital brasileira (em seu middleware), e muito possivelmente também no futuro rádio digital do Brasil. Diante de tão evidentes alternativas, que se voltam para a democratização da informação e dos meios de produção da cultura impulsionados pelo compartilhamento de valores, de ideias, o que teria feito o discurso e a prática do Ministério da Cultura romperem com princípios que viabilizaram, reconhecidamente, a mais bem sucedida política cultural da história do país?

2 | UMA REDE SOCIAL GLOBAL

“Los objetos técnicos que más producen alienación son aquellos que también están destinados a usuarios ignorantes”.

Gilbert Simondon

O Facebook é uma rede social disponível para acesso universal e gratuito na Internet. Por rede social, entenda-se um modo de interação onde se prevê que, após o preenchimento de um formulário contendo dados de um perfil, o usuário cadastrado passa a poder procurar por amigos e a requerer amizades, o que lhe permite usufruir da rede em seu potencial de “ver e ser visto” com mais eficiência: ao aceitar um pedido de amizade, as atividades de uma página pessoal se tornam visíveis, e o acompanhamento do que seus amigos andam fazendo de mais importante se transforma em algo fácil e automático de se fazer.

Embora tenha sido aberto ao público apenas em 2006, o Facebook registra que já possuía um bilhão de usuários por mês no final de 2012. A maior parte desses usuários residia fora dos EUA, cerca de 80%, e a pluralidade linguística atingia mais de 70 idiomas. Hoje, o Facebook é certamente a rede social mais utilizada no mundo, e muitos estudos vêm sendo realizados sobre como se decide entrar nessa rede social, como se interage na rede, e como se mantém uma rede social operante. A quantidade de amigos varia enormemente, indo de apenas um até os milhares, deixando-se claro que a categoria de “amigo” no site não corresponde a uma amizade fora do ambiente da rede social: na verdade, o emprego do termo parece mesmo ter expandido o que se entende por “amizade” entre seus usuários (CAERS et al. 2013, p. 986). Seja como for, o efeito de se ter muitos amigos no Facebook permanece ainda incerto sobre a experiência social vivida fora da realidade virtual compartilhada por seus usuários (op. cit., p. 987). Ao invés de nos dedicarmos aos benefícios e alegrias proporcionados pela rede social Facebook, adotaremos, para fins metodológicos, uma abordagem sobre os temores e inseguranças que o uso dessa ferramenta pode gerar nas pessoas, para, com isso, avançar com uma análise que destaque, finalmente, a alienação técnica como fundamento primeiro para grande parte de todos esses transtornos.

De acordo com vários estudos (CAERS et al. 2013, p. 990), no meio dos anos de 2000, a questão da privacidade ganhou maior relevância entre os usuários do Facebook. Temia-se o roubo da identidade eletrônica, com a perda de conteúdo de sua página ou a publicação indevida sob seu nome, além da possibilidade de virem ao conhecimento público mensagens trocadas pessoalmente. Contas invadidas, falsificação de identidades, de eventos e de posts foram determinantes para despertar a necessidade de um maior cuidado com a elaboração e manutenção de senhas pessoais, mas as mudanças constantes na política de privacidade do Facebook continuaram a dificultar ainda mais a criação de um sentimento de segurança no uso da plataforma privada de comunicação em rede (CAERS et. al. 2013, p. 991). Mesmo enfrentando críticas, a rede nunca parou de crescer.

Além de usuários individuais, um número cada vez maior de organizações acredita que ter sua marca ou gerir a comunicação de sua instituição no Facebook pode facilitar e valorizar seus projetos e produtos (CAERS et. al. 2013, p. 992). Estimada em bilhões de dólares, a empresa Facebook se tornou um exemplo de negócio bem-sucedido que atrai não apenas novos investidores, mas toda sorte de organizações imaginando poderem se projetar ao se associarem à imagem do principal produto do norte-americano Mark Zuckerberg, um dos jovens mais ricos do planeta. Mas além de todas as funcionalidades e do efeito “bola de neve”, que leva as pessoas a procurarem e a se afirmarem amigas umas das outras na rede social, o que faz o Facebook ser este gigante nas comunicações globais? Existem alternativas não-proprietárias de redes sociais como o Facebook? Que implicações políticas e sociais poderíamos aventar para o predomínio de tal modelo de comunicação na Internet levando em conta especialmente organismos e instituições públicas?

3 | A ALIENAÇÃO TÉCNICA NO FACEBOOK

Trataremos de definir uma rede social na Internet como um objeto técnico (SIMONDON 2008). Mesmo sendo diferente em sua natureza dos objetos técnicos concretos, como motores e microscópios, um software passa por todos os processos de concretização que caracterizam os objetos técnicos, e sua relação com outros objetos também pressupõe o ser humano como grande organizador dessa orquestra de seres inanimados, esses conjuntos mais ou menos organizados que inundam crescentemente nossa vida social. Além de sua utilidade - que projeta no objeto técnico um modelo de evolução técnica análogo à evolução de um robô, para que seja capaz de realizar suas tarefas como que automaticamente – haveria outro modelo de progresso técnico distinto do vislumbrado por autômatos? Como construir uma outra relação com os objetos técnicos levando em consideração aspectos éticos, estéticos, mas também técnicos, apontando para uma cultura técnica unificada e, sobretudo, não alienada em relação às máquinas?

Quando se fala em alienação, sobretudo nas Ciências Humanas, a primeira

referência que em geral nos é trazida advém da obra de Karl Marx, com seus escritos sobre o trabalho alienado. Em certo sentido, um dos argumentos em defesa do uso do Facebook está justamente na possibilidade de apropriação de um meio de produção – de informação - em situação de igualdade de condições, onde os usuários, os trabalhadores da comunicação, estão todos no mesmo nível de hierarquia de produção e consumo, não havendo a figura de um proprietário que controlaria seu trabalho e, finalmente, se apropriaria de seu produto final para venda, estando o acesso daqueles que efetivamente produzem impedido ao resultado do investimento de seu tempo e sua força de trabalho. No Facebook, todos se comunicam com todos e se sentem donos de tudo que produzem.

A realidade da produção de conteúdo e sua relação com a propriedade em sites como o Facebook, no entanto, é bem diversa desse sentimento compartilhado de pertencimento e suposta segurança. Muito além da alienação do trabalho, impera, segundo queremos argumentar, um tipo de alienação técnica que esvazia os objetos técnicos de seu amplo sentido cultural, de relações sócio-técnicas, empobrecendo-os ao nível de sua mera utilidade razão primeira para o avanço de um tipo de controle em nossas sociedades informatizadas sem precedentes históricos. A emergência desse tipo de controle vem sendo analisada por muitos autores, mas poderia ser reduzida à sucinta expressão “capitalismo vigilante” (ZUBOFF 2015).

Observemos que mesmo entre grupos organizados de defesa de direitos humanos, direito à comunicação e ativistas em geral, muitos se valem do Facebook para promoverem seus trabalhos porque consideram que se trata de uma ferramenta gratuita de comunicação muito fácil e útil, e que permite uma sensação de pertencimento sem exigir pagamentos ou proprietários de domínios, como acontece no caso da manutenção de websites. Essa facilidade faz com o que o Facebook, por sua vez, conecte cada vez mais pessoas, que passam a criar e compartilhar eventos, campanhas, projetos, tendo se tornado uma espécie de referência obrigatória para quem busca uma identidade na Internet. Se queremos saber algo sobre alguém, alguma organização, privada ou mesmo pública, basta dar uma busca no “face” - como é chamada a rede social na intimidade de seus usuários. Há, no entanto, termos e condições previamente acordados quando da inscrição no site, e, claro, restrições técnicas que submetem os dados e conteúdos produzidos na plataforma proprietária imediatamente ao regime de controle e vigilância típico do modelo de negócio de empresas que trabalham com grandes volumes de dados, assim chamados de Big Data. Em suma, o sentimento de pertencimento e controle pode ser não apenas contestado, mas também buscado por ferramentas alternativas⁶, como é o caso da rede social livre Diáspora, ou outras ferramentas de circulação de dados digitais que funcionam a partir de infraestruturas autônomas, como rádio e televisão digital, como veremos mais adiante.

4 | NUDEZ, CENSURA E RESISTÊNCIA AO FACEBOOK

Em 2015, o Ministério da Cultura protagonizou um dos embates mais acalorados contra o Facebook, ameaçando processá-lo: argumentava que havia sofrido censura. A reclamação partia da retirada de uma foto dos índios Botocudos de uma publicação na página do ministério.

A ex-secretária de Diversidade Cultural, Ivana Bentes, assim comentava: “O Facebook considerou que a foto feria seus critérios de moralidade, o que, para nós, é uma afronta cultural”. No blog de Maria Frô, foi estampada a seguinte manchete em 17 de abril: “A Ignorância crassa dos que tem (sic) o poder de censura no Facebook”. Jornais de todo o país deram vazão à notícia e uma reunião ministerial teria sido convocada com vistas a tornar o evento uma alavanca para proteger os países, e suas culturas, de práticas preconceituosas como o impedimento de acesso à foto de índios tal como se vestem, nus.

A famosa foto dos Botocudos, de fato, exhibe tão somente um casal de índios, estando a mulher de seios à mostra. Não há genitálias nem qualquer outro indício que pudesse levar a foto a ser considerada pornográfica. Entretanto, ao contrário da reação do Ministério, na pessoa do então ministro da cultura, Sr. Juca Ferreira, corroborado por secretárias, como Ivana Bentes, e alardeado na mídia como uma evidente prática de censura “cultural”, portanto, inadmissível, a retirada da foto com seios expostos deveu-se tão somente à aplicação de um dos termos de uso da rede social Facebook, que registra: “Você não publicará conteúdo que: ... contenha nudez”. Estaria mesmo o Facebook a julgar a moralidade de uma foto de índios do Brasil, sendo portanto merecedor de um processo visando libertar os usuários do Facebook de uma inconveniente censura cultural?

Anos antes do ocorrido, o Facebook já havia sido objeto de duras críticas por sua política de uso, sendo mesmo obrigado a flexibilizar sua vigilância sobre a nudez devido às campanhas de aleitamento materno que, via de regra, publicavam fotos de mulheres amamentando seus filhos ou com seios expostos. Em 2011, a britânica Kaya Wright, que havia compartilhado uma imagem em que

aparece amamentando, de 1 ano, foi notificada pelo Facebook por estar supostamente violando os termos de uso do site. Boicotes ao site, troca nas fotos dos perfis para mulheres amamentando, manifestos, abaixo-assinados e mesmo uma toca de bebê com o desenho de um seio com mamilo foi criada, tendo todos esses materiais circulado na rede para esclarecer ao Facebook que ele não deveria censurar essas fotos. Mas que lições podemos tirar dos dois casos?



As duas fotos, como podemos observar, pouco têm em comum. Na primeira, observamos uma mãe na intimidade de sua casa amamentando seu filho, vestida, com um bebê que lhe cobre o mamilo enquanto se alimenta. Difícil acreditar que tenha sido alvo de uma proteção contra a exposição pública de uma nudez. Agrava a remoção o fato de pertencer a mãe a um grupo de mulheres dedicadas à promoção do aleitamento materno como política de boa saúde para os filhos, estando aí caracterizada uma censura não contra uma pessoa, mas contra uma imagem de uma campanha de notório interesse público. De outro lado, a foto dos Botocudos tampouco visa despertar qualquer sinal de sensualidade, estando os dois índios em um ambiente de floresta, público, sem qualquer indício que pudesse levar à dúvida sobre alguma intenção pornográfica da exposição dos seios de uma índia. Concordando com a indignação de ambas as remoções das fotos, importa, talvez, questionarmos a omissão do Ministério da Cultura frente às campanhas de aleitamento materno no país, que igualmente sofreram censura, ou, ainda mais profundamente, perguntarmos sobre as razões primeiras que autorizam o Facebook a considerar essa ou aquela foto inadequada para seu site. Porque, afinal, uma empresa do tamanho da que estamos tratando não se aventuraria a exercer tal tipo de ação sem uma rigorosa avaliação de seu corpo jurídico. O ponto que queremos ressaltar, no entanto, diz respeito a ser o Facebook uma empresa privada, não um serviço público, e o fato de disponibilizar o acesso aos seus serviços gratuitamente não significa que a empresa não possua sua própria política de publicação, que, aliás, conforme vimos argumentando, está descrita nos termos de adesão disponíveis para todos aqueles que pretendem se cadastrar e utilizar o site. Olhando para as políticas de Cultura Digital, faria sentido recriminar a empresa por ter praticado uma “censura”, ou antes, o episódio poderia servir, mais um vez, para

se defenderem ambientes digitais efetivamente abertos, operando com ferramentas livres de comunicação, como as alternativas existentes em software livre?

A alienação técnica a que nos referimos se torna ainda mais evidente se consideramos que grupos organizados de várias partes do mundo vêm alertando sobre os riscos que a empresa Facebook representa para o futuro da Internet. Uma rápida pesquisa na rede mundial de computadores seria suficiente para ver a quantidade de manifestos, reclamações e alternativas que vêm sendo propostas à rede social Facebook. Textos como o de Steve Zeltzer circulam ente muitos sites e listas, estão traduzidos em várias línguas, e incentivam à tomada de consciência sobre os objetivos e modo de funcionamento da maior rede social do mundo. Assim conclui o seu manifesto contra a captura do Facebook, conforme publicou no LaborNet.org: “A busca de lucros tem sido claramente mais importante que a comunicação democrática e do que os direitos de privacidade por esses operadores de internet privados”.

Por fim, ao invés de questionar, de maneira inócua tal como o entendemos, a remoção deste ou aquele conteúdo - atitude protegida por termos previamente acordados entre usuário e empresa provedora de serviço - importa-nos ressaltar que a estrutura a que se submeteu o Ministério da Cultura do Brasil, definindo como sua principal ferramenta de comunicação com a sociedade uma rede social proprietária na Internet, não se alia de nenhuma maneira à necessidade de busca de meios para atingir à população brasileira para promover e difundir políticas culturais. Ao contrário, o episódio da retirada da foto dos índios Botocudos da página do MinC serve, na verdade, para selar uma descontinuidade da prática do conceito de Cultura Digital que revolucionou a maneira pela qual se elaboravam e acessavam as políticas culturais deste ministério, quando o atendimento das pessoas com menos acesso às políticas públicas foi feito com a facilitação burocrática das regras de participação de editais públicos, com ênfase na invenção de meios e formas de realmente incluir os mais diferentes conteúdos na possibilidade não só de pertencer à cultura hegemônica – no caso do consumo de tecnologias e redes sociais – mas de colaborar com a criação de um amplo movimento de descolonização e libertação das possibilidades de construção de novas estruturas de circulação desses conteúdos, sob novas licenças de propriedade intelectual, com novas ferramentas de produção de cultura, como pensados para os Kits Multimídia dos Pontos de Cultura. Entre as lições deixadas pela prática de Cultura Digital durante a gestão de Gilberto Gil, uma delas certamente defenderia que não existe separação entre conteúdo e meio por onde se transmite. Na aldeia global digital, o meio é a mensagem, e qualquer reforma de circulação de conteúdo que não atente para os meios, para uma apropriação cultural dos meios, está fadada a reproduzir o que de mais nocivo vimos apontando sobre o consumo de tecnologias proprietárias: a alienação técnica.

5 | RÁDIO E TELEVISÃO DIGITAL NA PROMOÇÃO DE POLÍTICAS CULTURAIS

“Uma política cultural atualizada deve reconhecer a existência da diversidade de públicos, com as visões e interesses diferenciados que compõem a contemporaneidade”.

Lia Calabre

O uso do Facebook pressupõe que as pessoas têm acesso à Internet. Apesar dos avanços, o acesso à banda larga fixa em algumas regiões do país ainda é muito reduzido. Para entender os contrastes presentes no cenário nacional, apresentaremos as estimativas relativas aos domicílios com acesso à Internet de maneira regional. A região norte, em 2013, por exemplo, apresentou a menor proporção de domicílios com acesso à internet: 26% (porcentagem relativa ao número total de domicílios), que, estimativamente, representa 1,2 milhões de domicílios conectados (CGI, 2014, p. 172). Esse número pode ser considerado muito negativo, destacando-se o fato de que os municípios com menores índices de desenvolvimento humano encontram-se nesta região (PNUD, 2013). Já na região sudeste, que apresenta os melhores números em relação ao IDHM (PNUD, 2013), apesar de 51% das residências (porcentagem relativa ao número total de domicílios) estarem conectadas à rede mundial de computadores, em números absolutos, esta região é a que possui o maior número de domicílios desconectados, perfazendo um total de 13,3 milhões (CGI, 2014, p. 172).

Ou seja, se considerarmos a realidade de conectividade da região Amazônica, e a atual migração dos sistemas analógicos de rádio e televisão para sistemas digitais, parece razoável considerar que o melhor meio de divulgação de políticas culturais, seja para dar conhecimento a editais, prestação de contas ou atividades em geral, não seja por meio de uma rede social proprietária na Internet. Voltando sua atenção para conceitos importantes na gestão de suas próprias políticas, como foi o caso da Cultura Digital durante os primeiros anos sob a condução do ministro Gilberto Gil, várias alternativas poderiam ser consideradas, valendo-se tanto de redes sociais autônomas, desenvolvidas em software livre, que ressaltam sobretudo a segurança dos dados das pessoas e o respeito à privacidade, quanto o uso de veículos de comunicação mais tradicionais, como o rádio e a televisão. Porém, conforme destacamos, não se trataria de apenas distribuir a informação de forma complementar, assumindo a Internet e a transmissão pelo espectro aberto como dois meios consolidados e suficientes para impulsionar as políticas públicas, mas de investir na invenção e desenvolvimento de aplicações para as emergentes tecnologias de rádio e televisão digital, ainda incipientes no país. Assim comenta Lia Calabre:

Uma questão que apresenta grandes desafios (...) é a da circulação de conteúdos culturais através dos meios de comunicação de massa. Um ponto fundamental dentro de um projeto que objetiva a democracia cultural é o do reconhecimento da importância que os meios de comunicação assumiram na constituição das sociedades modernas e a posição central que eles ocupam na atualidade. O debate

sobre comunicação e cultura estrutura-se, além do mais, a partir da compreensão de que ambos são direitos humanos inalienáveis, e assim devem ser encarados por qualquer governo ou governante. A problemática que se coloca aqui é a da ampliação do nível de participação do conjunto da sociedade nos diversos níveis de gestão e de produção da cultura e nos canais de circulação dessa produção. (CALABRE 2007, p. 105).

Quando se fala em meios de comunicação, o contexto atual aponta para a pertinência de novas tecnologias, como a televisão digital. Hoje, o consumo desses novos equipamentos está associado à demanda das empresas de telefonia por mais espectro, para que possam evoluir seus sistemas de comunicação.

Assim, visando acelerar a disponibilização de espectro para o avanço do 4G, o governo brasileiro tomou a iniciativa de subsidiar a chegada das caixas conversoras de televisão digital para a população de menor poder aquisitivo do país. Famílias cadastradas em programas como o Bolsa Família estão sendo beneficiadas com entrega dos receptores digitais de televisão que representam, na prática, a presença de uma plataforma multimídia no meio de suas salas de estar. Utilizando um controle remoto, tornou-se possível navegar por mais conteúdos, e por aplicativos de saúde, de emprego, entre outros, que exemplificam as tantas utilidades possíveis trazidas pelo middleware de interatividade Ginga, principal contribuição de origem nacional ao Sistema Brasileiro de Televisão Digital.

Mesmo sem ter sido ainda definido, qualquer que seja o padrão de rádio digital adotado pelo país deve considerar a realidade brasileira de um território continental, e a função social que desempenha o rádio como principal meio de informação e educação para muitas comunidades estabelecidas nos mais distantes pontos de nosso país. Ao permitir a transmissão de dados, a expectativa é de que, uma vez já familiarizada com a recepção do sinal de rádio por antena externa, a população possa não apenas escutar o rádio, mas navegar localmente e se inteirar de mais conteúdos e informações, que podem incluir a promoção e um renovado acesso às políticas culturais de um território continental. Dotada de aparelhos convergentes, como celulares que capturam, editam, finalizam e fazem circular conteúdos, a associação entre os meios rádio, televisão e esses dispositivos portáteis aponta para uma nova geração de políticas culturais, onde o licenciamento de conteúdo e a educação midiática se tornam imperativos para o exercício dos direitos culturais.

6 | CONCLUSÃO

“No Estado democrático, o papel do Estado no âmbito da cultura, não é produzir cultura, dizer o que ela deve ser, dirigi-la, conduzi-la, mas sim formular políticas públicas de cultura que a tornem acessível, divulgando-a, fomentando-a, como também políticas de cultura que possam prover meios de produzi-la, pois a democracia pressupõe que o cidadão possa expressar sua visão de mundo em todos os sentidos”

Anita SIMIS

O presente artigo se dedicou a analisar a importância da rede social proprietária Facebook à luz de uma literatura recente e crítica, permitindo compreender algumas motivações e implicações do uso intensificado de uma ferramenta de exposição e acompanhamento de “amigos”. Mais do que refletir sobre seus modos de uso, pretendemos ter apresentado o principal argumento para uma adesão tão massiva a um serviço com tão claras limitações, e valemo-nos da comparação entre dois episódios de suposta censura sobre a publicação de conteúdo. Se de um lado compartilhamos com a inadequação da remoção de fotos de mulheres com seios nus, considerando não haver qualquer sinal de intenção pornográfica na publicação de tais fotos, a comparação entre a retirada de uma imagem com uma mãe amamentando e a de uma índia encostada em uma árvore nos permitiu chamar a atenção para noções de interesse público e cultural, indissociando-os dos meios escolhidos para promovê-los. Não se tratando de um serviço de utilidade pública, mas de uma ferramenta de comunicação de uma empresa privada, ao atacar o Facebook, acusando-o de censura cultural, o Ministério da Cultura do Brasil evidenciou, a nosso ver, uma ruptura com o que de mais avançado chegou a promover, quando da emergência das práticas de Cultura Digital relacionadas à flexibilização da propriedade intelectual e uso de software livre enquanto construção de valores e compartilhamento de novos comportamentos culturais. Por outro lado, ao apresentar outras possibilidades de acesso à informação de interesse público, partindo de governos, destacou-se a utilização de infraestruturas locais e regionais de comunicação. Ou seja, tratando-se de emissão de dados, tanto televisão quanto rádio digital podem se transformar em poderosos meios de circulação de informação, especialmente se forem explorados de maneira inovadora, como novas plataformas interativas de comunicação, de baixo custo a altíssima capilaridade. Ampliando o acesso a conteúdos, estimulando espaços para apropriação coletiva e local do espectro, e promovendo políticas públicas, culturais - garantindo que informações de interesse do cidadão estejam disponíveis nos receptores presentes na casa das pessoas para navegação local e doméstica – a digitalização dos meios representa uma oportunidade ainda a ser compreendida em seu potencial de liberdade de expressão e fortalecimento democrático, tornando sua apropriação de fundamental importância para o devido exercício dos direitos culturais, dentro e fora das estruturas governamentais.

REFERÊNCIAS

BONTEMPS, Vincent. “Esclavos y máquinas, el mismo combate! La alienación según Marx y Simondon. In: **Amar a las máquinas – Cultura y técnica en Gilbert Simondon**. BLANCO, Javier; PARENTE, Diego; RODRÍGUEZ, Pablo y Andrés VACCARI (Coords.). Buenos Aires: Prometeo, 2015, pp. 195-210.

BOTELHO, Isaura. “A política cultural e o plano das ideias”. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas e Alexandre BARBALHO (Org.). **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007, pp. 109-132.

CAERS, Ralf et al. "Facebook – a literature review". **New Media & Society**. 15(6), 2013, pp. 981-1002.

CALABRE, Lia. "Políticas culturais no Brasil: balanço e perspectivas". In: RUBIM, Antonio Albino Canelas e Alexandre BARBALHO (Org.). **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007, pp. 87-108.

HOLMES, David e SILISTYANTO. "Understanding the Indonesian mediapolis: The role of social media during the 2014 Indonesian presidential election". **Communication, Politics and Culture**. 49 (2), 2016, pp. 59-81.

SILVA, Rodrigo Manoel Dias da. "As políticas culturais brasileiras na contemporaneidade: mudanças institucionais e modelos de agenciamento". **Revista Sociedade e Estado**. Vol. 29. N.1 Jan/Abr, 2014, pp. 199-224.

SIMONDON, Gilbert. **El modo de existencia de los objetos técnicos**. Buenos Aires: Prometeo, 2008, 278 p.

SIMIS, Anita. "A política cultural como política pública". In: RUBIM, Antonio Albino Canelas e Alexandre BARBALHO (Org.). **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007, pp. 133-157.

ZUBOFF, Shoshana. "Big Other: surveillance capitalism and the prospects of an information civilization". **Journal of Information Technology**, 30, 2015, pp. 76-89.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-077-3

